

**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR**

1 Ao vigésimo quarto dia do mês de Junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas,
2 através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso
3 pelo link <https://meet.google.com/ysm-uwwg-dgr>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo
4 assim, deu-se início a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos
5 Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação
6 os seguintes conselheiros: **Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) - Titular, Saul
7 Dorval da Silva (Casa Civil/SUDIS) – Titular, Edson Belo Clemente de Souza (SETI) –
8 Suplente, Danilo Peres Buss (SECC) – Titular, Luciane Taline da Costa (SEJUF/DAS) –
9 Suplente. **Soc. Civil**: Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia Terezinha
10 Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular, Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular, Renato
11 de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente, Rima Awada Zahra (CRP) – Titular, Alisson Vinicius
12 Silva Ferreira (CRP) – Suplente, Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular, Elizete
13 Sant'Anna (Pastoral Migrante) – Titular. Demais participantes da reunião: André Martini,
14 Antonia de Meira Schena, Antonio Lorencini, Claudia Anjos – OIM, Claudia Estorilio,
15 Emmanuel Predestin, Gabriela Gonçalves Nogarolli – MPPR, Gabriela Teixeira – CRP,
16 Graziella Molina – SEJUF/DEDIF, Isabella Traub, Izabel Araujo Neckel – PUPCPR,
17 Janaina Ribeiro, Jane Vasques – Secretária Executiva; Jonas Rodrigues – Cáritas; Julia
18 Crubellate; Luan Mazieri; Luana Lubke – SEJUF/DAS; Luiza Gagliardi; Raquel Carvalho;
19 Roselene Sonda – MPPR; Tatyana Friedrich; Vitor Jasper. **1. Abertura**: após a
20 visualização de quórum, a presidente Márcia Ponce saudando os conselheiros e
21 conselheiras presentes; agradeceu também o apoio que recebeu do conselho ao
22 atravessar um momento difícil em decorrência a perdas relacionadas à covid-19. **2.**
23 **Apreciação e Aprovação das Pautas**: pauta aprovada com as seguintes inclusões:
24 propostas pela SEC Jane, Retificação da ata de Fevereiro sobre a participação e a
25 eleição do Conselheiro Jefferson; pela presidente, Elaboração e Envio de uma Nota de
26 Repúdio à fala do Governador em uma entrevista com relação ao litoral de Matinhos.
27 Pautas aprovadas com as inclusões supracitadas. **3. Aprovação da Ata de Abril e Maio**
28 **de 2021**: a SEC Jane informou que os únicos pedidos de correção visualizados por ela
29 foram realizados pela conselheira Elizete, que informou da ausência de seu sobrenome
30 na ata, o qual já fora corrigido e reenviado; adiante, entretanto, o conselheiro Alisson
31 informou que também havia enviado solicitações de modificação, as quais narrou no
32 conselho: inclusão na linha 143 de que ele se colocou à disposição para atuar na
33 comissão de gestão de informação assim como na pesquisa que esta se propunha a
34 realizar, na ata da reunião de Maio. A secretária disse que não conseguira ter acesso ao
35 e-mail enviado pelo conselheiro, haja vista a ausência de tempo hábil entre tal envio e a
36 reunião, ratificando o pedido de que as solicitações de alteração sejam feitas um ou dois
37 dias anteriores à plenária, mas que as atualizações solicitadas, de todo modo, serão
38 realizadas tal qual a demanda explicitada. Atas aprovadas. **4. Inclusão de Pauta:**
39 **Retificação da ata de Fevereiro sobre a participação e a eleição do Conselheiro**
40 **Jeferson**: a secretária Jane esclareceu que a solicitação de inclusão deu-se pois: na
41 reunião de Fevereiro o conselheiro Jefferson informou de sua disponibilidade à vice-
42 presidência, contudo, no protocolo em que o ofício tramita houvera o retorno da ausência
43 de clareza quanto à nomeação deste; por isso, a SEC pediu pela aprovação, uma vez
44 mais, do conselheiro como vice-presidente, confirmando a nomeação a fim de que se
45 esclareça, por escrito, o processo, o que também dará autenticidade às alterações na ata
46 de nomeação. O conselheiro Danilo, contudo, questionou a natureza da formalidade,
47 colocando em cheque se esta se trata de uma aprovação ou de uma ratificação,



48 justificando que participou do processo e que este deu-se de maneira válida em todo seu
49 percurso e o conselheiro, evidentemente, fora eleito de modo efetivo; nesse viés, a SEC
50 disse que lhe incorreu a mesma dúvida e que esta fora enviada como provocação à
51 contestação, entretanto, ainda assim fora informada que para os agentes do trâmite a ata
52 em que a nomeação está registrada ficou confusa. Diante dos expostos, os conselheiros
53 governamentais mantiveram a posição de que o processo deu-se de maneira lícita entre
54 as próprias representações e, portanto, não caberiam renomeações, mas que estão de
55 acordo com ratificações. Parecer: fica, assim, retificada a nomeação do conselheiro
56 Jefferson de Oliveira Salles como vice-presidente do CERMA/PR. **5. Inclusão de Pauta:**
57 **Elaboração e Envio de uma Nota de Repúdio à fala do Governador em uma**
58 **entrevista com relação ao litoral de Matinhos:** a presidente introduziu à pauta
59 lembrando a entrevista em questão, na qual o Governador referiu-se às obras na orla
60 de Matinhos; nesta, o Governador diz, com suas palavras citadas aqui: “Não aguento
61 mais ver Santa Catarina virar Miami e o Paraná o Haiti”. A fala repercutiu de maneira
62 preconceituosa, xenófoba, racista, estereotipada e bastante infeliz; sendo assim, a Soc.
63 Civil do CERMA/PR elaborou e lançou uma Nota de Repúdio referente a essa fala, tendo
64 em vista, sobretudo, o respeito pela população haitiana que está no Paraná e contribui,
65 inclusive, com o desenvolvimento do Estado. A proposta, portanto, é de que se elabore e
66 se emita uma Nota de Repúdio do próprio CERMA/PR em relação a esta fala – o que não
67 teria teor político ou partidário, salientou a presidente, nem teria a intenção de realizar,
68 mas apenas, lembrou ainda a Márcia, que se trata de um conselho de direitos
69 especificamente voltado ao tema da migração; tratando do tema da migração, compete ao
70 conselho e a seus conselheiros e conselheiras, pessoas envolvidas no tema, defender os
71 direitos dessas pessoas, principalmente no que diz respeito à dignidade da pessoa
72 humana. O conselheiro Danilo absteu-se do tema, justificando que sua abstenção dá-se
73 por razões técnicas, já que faz parte do projeto de obras mencionado pelo Governador
74 durante a fala. Ana Felícia também se absteve. O conselheiro Edson, representante da
75 SETI, um braço do governo estadual, relatou sentir-se à vontade em apoiar a elaboração
76 da Nota de Repúdio, já que, demarcou, este é o papel do conselho. **Parecer do CERMA:**
77 Nota de Repúdio aprovada com 8 aprovações e 2 abstenções. **6. Relatos das**
78 **Comissões e GT: 6.1 – Comissão de Comunicação e Eventos:** a conselheira Andressa
79 relatou: a comissão reuniu-se e elaborou o início de um projeto que será apresentado ao
80 conselho no futuro, mas a conselheira já adiantou que este trata-se da proposta de
81 criação das redes sociais do CERMA/PR, conforme abordado na reunião do mês anterior,
82 que já fora alinhado com a mesa diretiva e o responsável pela comunicação da SEJUF; a
83 proposta é pela criação de um ‘Instagram’ e de um ‘Facebook’ do conselho, criando-se,
84 portanto, um e-mail para tal, e com as senhas disponíveis aos membros da comissão e a
85 mesa diretiva; se aprovada a proposta, solicitar-se-á que as demais comissões enviem
86 materiais para que sejam publicadas, alimentando as redes, apresentando o que é o
87 conselho, suas razões e atuação, facilitando a disponibilização do acesso às informações,
88 além de dar publicidade ao que o conselho debate. Salientou ainda que nenhum material
89 será publicado sem avaliação prévia. Além de apoiar a proposta, a conselheira Ana Felícia
90 solicitou que se divulgue desde já o Curso Ciclo de Capacitação do CEIM para Migrantes,
91 organizado pela SEJUF em parceria com a OIM. **Parecer do CERMA:** aprovado. **6. 2 –**
92 **Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos:** DATA: 22/06/2021. Conselheiros e
93 colaboradores: Juliana Silva – CRESS, Ana Felícia de Freitas – SEJUF/DEDIF/DMRA,
94 Luciane Costa - SEJUF/DAS. COLABORADORES OU GT: Elizente Sant’Anna – Pastoral



95 do Migrante de Curitiba, Lucia Bamberg - Pastoral do Migrante de Curitiba, Nadine
96 Hyppolite - Voluntária Pastoral do Migrante de Curitiba, Luana Lubke – SEJUF/DAS, Vitor
97 Jasper – UFRJ, Izabel Araújo Neckel – PUC/PR, Thaís Diniz – Comissão de DH Dep.
98 Tadeu Veneri, Gabriela Nogarolli – MP/PR, Regina Guimarães – Receita Federal.
99 Coordenador: Juliana Mara. Relator: Juliana Mara e Vitor Jasper. **1.Pauta:** - Participação
100 do representante da Receita Federal na comissão; - Contribuições para Nota Técnica
101 sobre crianças e adolescentes migrantes separados e desacompanhados; - Informe e
102 encaminhamentos sobre o GT de ocupações; - Desdobramentos sobre o ofício em
103 resposta ao MP. **Histórico:** 1 - Breve participação da Sra. Regina Guimarães,
104 representante da Receita Federal, a convite da Ana Felícia e da Kelly Letchakowski, para
105 explicar sobre a instrução normativa da Receita em relação aos documentos necessários
106 para solicitação do CPF. Entendemos a necessidade do diálogo com a Receita devido à
107 dificuldade relatada pelos migrantes de obter o CPF; 2 - Na reunião do CERMA no dia
108 10/06/2021, foi apresentada a nota técnica sobre crianças e adolescentes migrantes
109 separados e desacompanhados, elaborada por esta comissão. Em plenária foram
110 levantadas algumas sugestões que deveriam ter na nota para melhor compreensão do
111 tema tratado no texto. Gabriela Nogarolli do MP e Claudia Anjos da OIM se colocaram a
112 disposição para as contribuições; 3 - Foi colocado em debate o posicionamento da
113 comissão em relação ao Protocolo nº17.611.443-6, referente ao Ofício nº052/2021
114 CERMA, sobre os documentos para contratação de migrantes. 4 - Breve participação da
115 Thais, representante da comissão de Direitos Humanos no mandato do deputado Tadeu
116 Veneri, para relatar sobre a reunião que teve com o secretário de políticas públicas de
117 Araucária. **O parecer da Comissão:** 1 – A proposta é levar para aprovação dos
118 conselheiros a participação da sra. Regina na plenária do dia 29/07/2021. Neste dia, ela
119 fará uma apresentação do material instrutivo com as normas da Receita Federal sobre o
120 acesso ao CPF. Foi acordado que tal material instrutivo deveria ser disparado para os
121 demais conselheiros somente após a reunião do CERMA no dia 25/06/2021 para que não
122 haja qualquer tipo de confusão em relação às datas de apreciação do documento. Sendo
123 assim, os conselheiros teriam um tempo significativo para apreciação e estudo do material
124 antes da plenária do mês de julho. Inclusive, a sra. Regina enfatizou a importância de que
125 o material seja estudado previamente para que os conselheiros possam avaliar o
126 documento e elucidar qualquer dúvida que ainda permaneça. Ana Felícia ficou
127 responsável em fazer a mediação entre o CERMA e a sra. Regina; 2 – A nota técnica
128 sobre crianças e adolescentes migrantes separados e desacompanhados foi
129 compartilhada em tela na reunião e discutida. Além de realizar as alterações propostas na
130 plenária do dia 10/06/2021, ao longo da discussão surgiram algumas outras contribuições.
131 Ficou acordado com o grupo, que o documento seria compartilhado no drive, para que
132 cada um fizesse a contribuição na parte em que se comprometeu. Assim que for
133 finalizado, será encaminhado para a Jane e demais conselheiros para aprovação em
134 plenária; 3 - Sobre o protocolado a proposta da comissão é que em resposta ao MP,
135 devemos anexar os documentos do MP e ME, juntos com a cartilha da OIM sobre
136 orientação à empresa sobre a contratação de migrantes, reiterando e concordando com
137 as orientações encontradas nos documentos; 4 - Proposta de compartilhar no GT sobre
138 ocupações, a necessidade de uma nova data de reunião para seguirmos com os
139 encaminhamentos apontados pelo grupo na última reunião do dia 07/06/2021. **Parecer do**
140 **CERMA:** aprovado; a Nota Técnica será disponibilizada aos conselheiros previamente,
141 assim como aos convidados e membros observadores. Ficou definido o tempo de 30 min



142 de fala para a Dra. Regina. A presidente rememorou que a próxima reunião será
143 descentralizada e com a presença dos municípios convidados, o que não se pode perder
144 de vistas; Juliana respondeu que tal situação fora visualizada, mas que a urgência do
145 tema fez com que se pesasse a decisão neste sentido. **6.3 – Comissão de Gestão da**
146 **Informação:** Data: 21/06/2021, às 14h. Conselheiros e convidados presentes: Iene de
147 Paula Machado – Cáritas Londrina, Elizete Sant’Anna – Pastoral Migrante, Nadine Hipólito
148 – Pastoral Migrante, Edson Belo Clemente de Souza – SETI, Izabel Araújo Nickel – PUC,
149 Izabella Traub – UFPR. Relatora: Elizete. **Pauta:** A comissão continuou realizando o
150 mapeamento das universidades paranaenses sobre o acolhimento e inserção de
151 migrantes, refugiados e apátridas. A listagem das universidades consta em um ofício a ser
152 encaminhado para o CERMA/PR e o modelo de formulário foi disponibilizado do *Google*
153 *Forms*. Sugeriu-se também a utilização do material do IPEA sobre imigração, refúgio e
154 apátrida como norte de indicadores de metodologia, além da elaboração de um projeto
155 escrito. Também ficou definida a importância de realizar a pesquisa com algumas
156 universidades como um projeto piloto, e também como forma de se interpretar os dados
157 pensar o aprofundamento do que se pretende; assim, sugeriu-se que as universidades
158 que compõe o CERMA/PR como convidadas sejam as primeiras a participar do
159 mapeamento, definindo-se pelo encaminhamento do ofício a estas. Para a UFPR,
160 continuou, fora criado uma pasta na plataforma “*google drive*” onde consta o ofício, que
161 será dirigido à mesa diretiva, e o questionário. A UNILA também fora adicionada à lista de
162 universidades. **Parecer do CERMA:** aprovado. **6.4 – Comissão de Monitoramento de**
163 **Políticas Públicas:** Gabriela relatou que a pauta da comissão voltada ao GT de
164 Implementação do Plano Estadual. Portanto, não fora realizada uma nova reunião do GT
165 entre a última plenária e esta, pois aguardavam o retorno das secretarias em relação ao
166 preenchimento dos indicadores e das metas, conforme relato da última plenária, afinal.
167 Contudo, a comissão fez uma colocação: em relação à inclusão dos migrantes no projeto
168 de lei do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, tema trazido na última reunião pela
169 Comissão de Denúncias e Garantia de Direito, a Comissão de Monitoramento de Políticas
170 Públicas colocou-se à disposição e sugeriu que a discussão dê-se em conjunto, podendo
171 até mesmo voltar a discutir e se reunir enquanto comissão, para além das necessidades
172 do GT, a fim de abordar tal pauta. A presidente e o conselho mostraram-se de acordo com o
173 retorno da comissão e sua atuação. **7. Conferência CERMA:** A presidente realizou uma
174 explanação prévia do ponto de pauta reiterando que o CERMA não conta instâncias
175 estaduais e/ou federais que possam convocar conferências com outros conselhos
176 historicamente constituídos com enfoque no tema dos refugiados, migrantes e apátridas,
177 causa e razão das conferências deste conselho serem nomeadas como “conferências
178 temáticas/livres”, a fim de promover por uma outra via as delegações e formações. Com a
179 conselheira Ana Felícia assumindo na SEJUF/DEDIF a coordenação da Divisão de
180 Políticas para Igualdade Étnico-Racial, ficou definida como condutora da pauta em
181 questão. A mesa diretiva reuniu-se previamente a fim de esclarecer de forma mais
182 consistente os passos do processo, alinhando-o de modo a ser exposto em plenária. A
183 palavra, tão logo, passou para a Ana Felícia, que apresentou a preposição. Ana Felícia
184 tratou da necessidade de abordar as eleições e a conferência; outra questão debatida em
185 reunião foi acerca da realização da conferência de maneira remota, ideia de qual a
186 conselheira expôs a experiência de outros conselhos que a realizaram, onde se percebeu
187 evasão e ausência massiva – tanto da parte da soc. civil e quanto da governamental – e
188 muitas dificuldades tecnológicas; portanto, a indicação é de que a conferência seja



189 realizada dentro do quadro dos possíveis após a pandemia, tendo em vista os avanços
190 consideráveis do plano de vacinação. A proposta da conselheira, que passou pela mesa
191 diretiva, é que a conferência seja realizada entre Junho e Julho de 2022, utilizando-se do
192 método de prorrogação do mandato por mais 03 meses, que é o previsto no regimento
193 interno. Portanto, a proposição dos processos ficariam da seguinte maneira: eleição por
194 modo virtual em Março de 2022, mas com a prorrogação de 03 meses do mandato atual
195 para que a conferência realize-se entre Junho e Julho, afinal, onde acontecerá também a
196 posse dos conselheiros eleitos na eleição. A presidente reiterou a fala da conselheira e
197 salientou que a ideia era de que a eleição e a conferência fossem realizadas conforme o
198 previsto, ainda neste ano; no entanto, o cenário da pandemia ainda não é permissivo a tal
199 ponto e o conhecimento dos danos que uma conferência totalmente remota traz fizeram
200 com que este fosse o posicionamento adotado, com o adiamento de datas. Ana Felícia
201 ainda mencionou que por mais que se argumente pela necessidade realização imediata,
202 através mesmo do modo remoto e on-line, a participação dos migrantes fica
203 comprometida, haja vista que não há garantia que eles tenham acesso aos dispositivos
204 tecnológicos; a presidente ainda disse que a proposição vir tão cedo deve-se à
205 necessidade de se consumir os trâmites com celeridade. Desse modo, lançou a proposta
206 pela suspensão. Aberta a inscrição para fala dos conselheiros e convidados. Danilo
207 mencionou que o processo de eleição já tem ocorrido através da CELEPAR. Roselene
208 Sonda contestou quanto à necessidade de adiamento da eleição junto à conferência, já
209 que aquela realizar-se-á de maneira remota e virtual independentemente dos cenários, a
210 não ser que se trate de uma questão de logística – contudo, manifestou que não vê
211 correlação prévia, além de perceber que haveriam dificuldades de lidar com as
212 deliberações em Janeiro. Ana Felícia argumentou primeiro que, além das dificuldades de
213 logística impostas pela lentidão dos processos, habitual no final de ano, a ideia era de que
214 a posse acontecesse de maneira presencial – portanto, em conjunto à conferência –, o
215 que justificaria o adiamento; mas também esteve de acordo quanto às dificuldades de o
216 processo iniciar-se em Janeiro. Em relação ao tempo de tramitação, Gabriela questionou
217 à Secretaria-Executiva se ainda haveria possibilidade de se executar a eleição no final
218 deste ano, afinal, em consonância à exposição anterior; a SEC respondeu que os
219 processos não podem ser exatamente previstos, pois dependem do fluxo de trabalho da
220 comissão de eleição, que será composta pelo CERMA/PR, e o tempo de resposta,
221 podendo dar-se em poucos ou muitos meses, mas que sim, seria ainda possível para o
222 final de ano, respondendo à pergunta. Considerando se tratar de diferentes pontos, as
223 aprovações foram desmembradas: primeiro o adiamento da conferência e sua realização
224 presencial ou híbrida, depois o adiamento da eleição para o colegiado do CERMA/PR e
225 adiamento da posse de nomeação. Sendo, assim a proposta da conselheira Ana Felícia
226 fora a de: primeiro, colocar em votação a aprovação do adiamento da conferência para o
227 próximo ano; e assim se fez. **Parecer do CERMA/PR:** aprovado o adiamento da
228 conferência temática para 2022. Agora a votação é de outra natureza: aprovação do
229 adiamento da eleição do CERMA/PR para meados de 2022. **Parecer do CERMA/PR:** não
230 aprovado, ficando mantido processo eleitoral para o final de 2021. **8. Informes:** a
231 conselheira Elizete deu início aos informes fazendo menção, e uma homenagem, à morte
232 prematura da missionária irmã Telma, de Roraima; rememorou suas lutas, anterior à
233 existência das entidades e chegada das agências internacionais, batalhando pelos
234 direitos humanos; portanto, sua morte prematura é uma grande fissura, inclusive no que
235 diz respeito ao tema dos migrantes, onde a irmã atuou bravamente. Elizete propôs que se



236 elabore e envie uma nota do CERMA para a congregação e diocese de Roraima. O
237 conselho homenageou a irmã Telma e os mais de 500.000.000 mortos no Brasil pela
238 pandemia com 01 minuto de silêncio. Aprovada a elaboração e emissão da Nota de
239 Pesar. Adiante, a conselheira Andressa fez sua exposição: referente ao Conselho
240 Municipal dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas em Maringá, que já havia
241 sido comunicado na última reunião, agora a conselheira trouxe a informação de que o
242 prefeito havia realizado a cerimônia de assinatura da sanção da lei na Cáritas e junto com
243 demais instituições que trabalham com a temática; Andressa disse que havia convidado
244 do secretário da Juventude e Cidadania do Município, que é haitiano, para participar da
245 reunião, e apresentá-lo como responsável, mas infelizmente ele não pôde permanecer na
246 sala virtual por motivos desconhecidos; portanto, tendo em vista tal ausência, a
247 conselheira levantou uma vez mais a ideia de que seja elaborada e destinada uma carta
248 ou nota direcionada ao conselho, fazendo ponte do CERMA com a prefeitura; aprovado.
249 Agora, aos informes do conselheiro André: antes de sua fala, a presidente esclareceu
250 sobre o tema, dizendo que se refere a uma pessoa no Japão que alega estar sofrendo em
251 trabalho análogo à escravidão, tendo seu passaporte retido, e que em sua manifestação
252 mencionou em conversa com o consulado brasileiro no Japão ter iniciado diálogo com o
253 CERMA, com o Itamaraty e cita inclusive a Cáritas; por isso, especificamente quanto à
254 citação à entidade, o tema foi encaminhada ao André e à Luísa afim de que eles
255 avaliassem o caso. Portanto, a Cáritas elaborou um ofício de resposta ao conselho, frente
256 ao que encontraram, e é o que o conselheiro expôs: André explicou que se trata de
257 diferentes e-mails, com teores diversificados entre eles, e em um deles havia a
258 denúncia/reclamação da pessoa de que ele estaria tentando obter refúgio ou repatriação,
259 que ele já havia conversado com a Casa Itamaraty e com o CERMA e que ambos lhe
260 haviam dado certeza de tais direitos, mas que o consulado não o cumpriu. Tão logo, a
261 pessoa alega violações em seu pedido, argumentando que suas evidências foram
262 ignoradas, acusando, entre várias entidades, a Cáritas e o ACNUR, além de apontar
263 algumas autoridades, nomeadas, como algozes de seu pedido. André disse que se iniciou
264 a análise já com estranheza, haja vista a ausência de nexos no relato, mas que estes
265 foram encaminhados a uma análise técnica da Defensoria Pública; a Defensoria
266 respondeu que os relatos podem ter sido feitos por uma pessoa que sofre de transtornos
267 mentais, o que é comum de acontecer, segundo eles, mesma percepção do consulado. O
268 consulado ainda relatou ter oferecido apoio para tratamento psicológico, mas a pessoa
269 recusou. Portanto, dado, encerrou-se as providências para o caso e encaminhou-se a
270 decisão para o CERMA/PR. A SEC Jane informou que se teve notícias de que o caso já
271 ocorre há alguns anos; agora, depois de contato com a mesa diretiva, repassou ao
272 conselho que será elaborada uma resposta, além do que já fora respondido pelo
273 Consulado. A Cláudia, da OIM, pediu a palavra e mencionou quanto ao Programa de
274 Retorno Voluntário e Assistido da OIM, que lida, evidentemente, com a repatriação em
275 âmbito mundial, apoiando brasileiros que desejam voltar ao Brasil; colocou, portanto, a
276 possibilidade de uso do programa, haja vista que se faz imprescindível considerar-se
277 ainda o contexto que essa pessoa vive e se está acompanhada ou não. A presidente
278 mostrou-se de acordo e ratificou a responsabilidade do conselho indiferentemente da
279 condição do que pede ajuda, observando-se os caminhos possíveis e realizando-se
280 contato com pessoas próximas a ele que estejam aqui no Brasil ou no Japão; portanto,
281 propôs a elaboração de um ofício para o Itamaraty dizendo que os fatos chegam ao
282 conselho e que este sugere caminhos, como o da possibilidade de articulação com a OIM.



283 Adiante, a Cláudia reforçou o convite de já realizado pela conselheira Ana Felícia, quanto
284 ao curso de capacitação da SEJUF que vem sendo apoiado pela OIM. O Pr. Marcos Stier
285 Calixto comunicou aos conselheiros que o CAEBE montou e está atuando com um grupo
286 de apoio aos enlutados da covid-19, com familiares e amigos de vítimas da pandemia,
287 pedindo que os conselheiros repassem quanto ao acesso também aos migrantes
288 **Encerramento:** por fim, o CERMA realizou um minuto de silêncio em alusão às vidas
289 perdidas para a pandemia do COVID-19. Após as referidas discussões, encaminhamentos
290 e apresentações, a presidente agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou-se. A
291 ata presente fora redigida pelo estagiário Gabriel de Franco Rocha e revisada pela
292 Secretaria Executiva Jane Vasques, do DEDIF/SEJUF. **Encaminhamentos:** **3.**
293 **Aprovação da Ata de Abril e Maio de 2021:** - fica, assim, retificada a nomeação do
294 conselheiro Jefferson de Oliveira Salles como vice-presidente do CERMA/PR. **5. Inclusão**
295 **de Pauta: Elaboração e Envio de uma Nota de Repúdio à fala do Governador em**
296 **uma entrevista com relação ao litoral de Matinhos:** - Nota de Repúdio em relação à
297 fala do Governador. **6. Relatos das Comissões e GT: 6.1 – Comissão de Comunicação**
298 **e Eventos:** - Criação das redes sociais do Conselho. **6. 2 – Comissão de Denúncia e**
299 **Garantia de Direitos:** - participação da sra. Regina na plenária do dia 29/07/2021; **6.4 –**
300 **Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** - retorno das atividades da
301 comissão de forma independente ao GT Ocupações. **7. Conferência Cerma:** - Aprovado
302 adiamento da conferência e não aprovado o adiamento da eleição. **8. Informes:** - Nota de
303 Pesar acerca do falecimento da Irmã Telma; - Nota para o CMRMA de Maringá; -
304 Elaboração de um ofício para o Itamaraty, em relação à denúncia de um brasileiro, que
305 estaria vivendo em situação análoga à escravidão no Japão, dizendo que os fatos
306 chegam ao conselho e que este sugere caminhos, como o da possibilidade de articulação
307 com a OIM.